

F U N D A Ç Ã O
GETULIO VARGAS

EPGE

Escola de Pós-Graduação
em Economia

Ensaaios Econômicos

Escola de

Pós-Graduação

em Economia

da Fundação

Getulio Vargas

Nº 689

ISSN 0104-8910

Turismo sustentável e alívio a pobreza: avaliação de impacto

Marcelo Cortes Neri, Wagner Lopes Soares

Dezembro de 2008

URL: <http://hdl.handle.net/10438/2169>

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Fundação Getulio Vargas.

ESCOLA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Diretor Geral: Renato Fragelli Cardoso

Diretor de Ensino: Luis Henrique Bertolino Braido

Diretor de Pesquisa: João Victor Issler

Diretor de Publicações Científicas: Ricardo de Oliveira Cavalcanti

Cortes Neri, Marcelo

Turismo sustentável e alívio a pobreza: avaliação
de impacto/ Marcelo Cortes Neri, Wagner Lopes Soares - Rio de
Janeiro : FGV,EPGE, 2010

(Ensaio Econômico; 689)

Inclui bibliografia.

CDD-330

Turismo sustentável e alívio a pobreza: avaliação de impacto

Marcelo Neri

Center for Social Policies/IBRE and EPGE
Fundação Getúlio Vargas

Wagner Soares

IBGE e Fiocruz

Resumo

Esse artigo avalia os impactos sociais do PRODETUR em Porto Seguro, Bahia a partir de seus custos e benefícios observáveis. Dentre os canais analisados privilegiamos os impactos em variáveis relacionadas a meio ambiente e saneamento básico (acesso a abastecimento de água, esgoto e coleta de lixo, destino final do esgoto e lixo) e econômicas (ocupação, contribuição previdenciária, renda e pobreza) bem como a distribuição dos custos e benefícios entre as populações migrantes e nativa. Utilizamos a técnica de diferenças em diferenças, entre áreas afetadas pelo programa e em áreas de controle. Com esse estimador multivariado, pode-se medir o “verdadeiro” impacto do programa usando os microdados dos Censos de 1991 e 2000. Os resultados sugerem um avanço relativo de Porto Seguro em relação a emprego, formalidade, renda e pobreza, sendo esses benefícios distribuídos de forma igualitária entre nativos e migrantes. Por outro lado, há piora relativa na questão sanitária, configurando problema ambiental futuro e que os custos são maiores entre os nativos, onde se observa piora diferenciada da chance de acesso água, esgoto e coleta de lixo. Conclui-se que para efeito de sustentabilidade, o município de Porto Seguro requer maior manutenção do capital natural, o seu principal ativo turístico.

Palavras-Chave: Saneamento Básico, Economia do Meio ambiente, Economia do turismo.

Área: Economia do Trabalho, Economia Social e Demografia (área 4)

JEL: Q01, Q25, Q57

Abstract

This study evaluates the social impacts of the project PRODETUR in Porto Seguro and Bahia. Among the analyzed channels, we have focused on the impact on variables related to sewerage (access to piped water, sewer and garbage collection), besides some socio-economic ones (occupation, contribution to social security, income and poverty). In addition, we analyzed the impact on the distribution of costs and benefits between the immigrant and native population. Using the methodology of differences-in-differences to compare areas affected and non-affected by the program, we measured the “true” impact of the program using the 1991 and 2000 Census. The results suggest a relative advance in Porto Seguro in what concerns employment, formality, income and poverty reduction, with this benefits being uniformly distributed between immigrant and native population. On the other hand, we have observed a relative worsening in the sanitary situation, what will lead to future problems whose cost will be beard mainly by the natives, among which we observe a relative worse access to water, sewer and garbage collection. Therefore, we conclude that, in order to provide tourism in a sustainable way, the municipality of Porto Seguro requires a better preservation of its natural capital

Keywords: Basic sanitation, Environmental Economics, Economics of the tourism

Area: Economy of the Work, Social Economy and Demography

JEL: Q01, Q25, Q57

1 - Introdução.

O mercado do turismo possui uma particularidade, tendo em vista a sua grande interação, direta ou indireta, com diferentes outros mercados (trabalho, serviços, bens, cultura etc). O consumidor de um destino turístico demanda do produtor os mais diferentes tipos de capital (humano, natural ou ambiental, físico, social, cultural, econômico). E, nesse caso, avaliar a disponibilidade ou oferta e a demanda desses capitais, os eventuais impactos sobre a disposição desses ativos, requer uma organização de um marco de referencial ou conceitual, bem como um esforço analítico de inúmeras variáveis que estariam integradas a atividade turística, ou melhor, a indústria do turismo, como poderíamos chamá-la em virtude dessa ampla integração com os demais setores da economia.

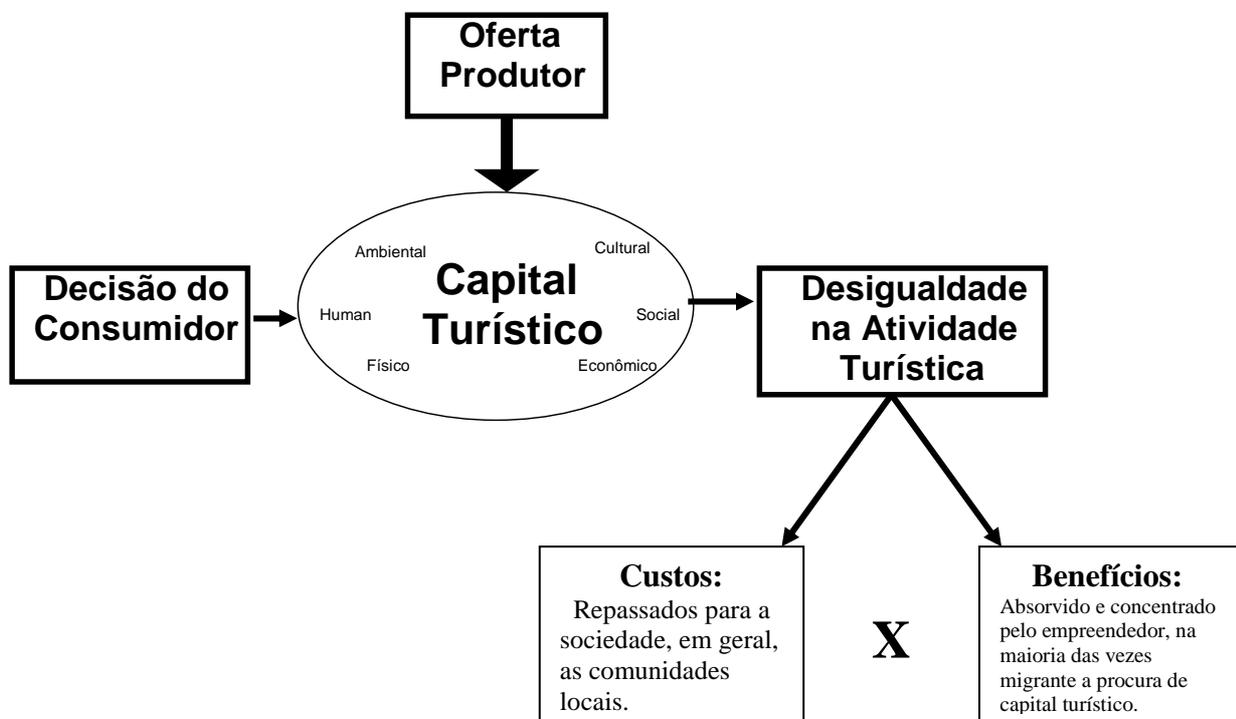
A combinação desses diferentes tipos de capitais dá origem o que no presente trabalho denominaremos por *capital turístico*. Por exemplo, um turista quando toma a decisão a respeito de um destino, avalia a presença de diferentes capitais na localidade: humano (bom atendimento pessoal, fácil comunicação - idiomas, hospitalidade, ambiente salubre), ambiental (paisagens, flora, fauna, atrativos naturais), físico (infraestrutura, entretenimento, ambiente confortável), cultural (música, arte, costumes, religião etc), social (pobreza, água potável, esgoto, policiamento, segurança) e econômico (preço, cambio, juros e crédito).

Outro ponto importante é que tanto o consumo desses bens quanto à produção causam impactos nesses ativos, podendo proporcionar o acúmulo ou redução do estoques dos capitais mencionados. Em geral, o consumo turístico traz ganhos sociais as localidades, uma vez que são inúmeros os impactos no mercado de trabalho, na geração de renda e redução da pobreza. Entretanto, o consumo turístico também pode gerar impactos negativos. Como exemplo: o consumo de atrativos naturais, sem a devida consciência ecológica, pode gerar externalidades ambientais negativas, ou seja, custos ambientais que o consumo privado impõe a toda sociedade; interações culturais podem descaracterizar uma cultura local promovendo um esvaziamento cultural, ativo esse cada vez mais valorizado por turistas no mundo inteiro; crescimento desordenado nos locais turísticos; problemas de infraestrutura; favelização; insegurança da população etc.

Outro ponto importante é que os ganhos monetários da atividade turística também podem não ser igualitários, com maior intensidade no grupo de empreendedores em

detrimento da população local. O mesmo fato acontece no mercado de trabalho, ou seja, uma maior utilização da mão de obra migrante em detrimento a nativa. No lado da oferta de bens turísticos, os impactos negativos são imediatos. Novos empreendimentos podem causar problemas ambientais, mudanças na paisagem ou no capital natural, dentre outros impactos. Um inchamento da capacidade de esgotamento sanitário, oferta de água potável, deficiência no transporte e na oferta de serviços hospitalares (poucos leitos, procedimentos inadequados) etc. O esquema na figura 1 exemplifica algumas interações da indústria do turismo com as diferentes variáveis.

Figura 1: O mercado do turismo e seus impactos gerais



Em algumas localidades turísticas, existe uma tendência do gerador da oferta turística se apartar dos problemas locais, gerando uma desigualdade na apropriação dos custos e benefícios da atividade. Nesse caso os custos passariam a ser transferidos para toda sociedade e os benefícios ficariam concentrados na mão dos empreendedores, na maioria das vezes migrantes a procura dos diferentes tipos de capital turístico. Apenas uma parcela muito pequena da receita gerada pela atividade voltaria para a localidade turística.

O problema desse tipo de modelo de mercado turístico é a sua insustentabilidade. São inúmeros impactos, que, por sua vez, comprometeriam a própria indústria do turismo, ou seja, concorreriam para o esgotamento dos diferentes estoques de capitais que possibilitam a construção do capital turístico. Diante dessa problemática é necessário uma mudança no conceito de turismo, ou melhor, trazer elemento sustentabilidade, uma vez que é premente a necessidade de um turismo que concilie preservação, uso racional dos capitais e os benefícios sócio econômicos. O turismo sustentável é aquele que maximiza o uso dos recursos, não comprometendo a cultura local e o meio ambiente, promovendo as infraestruturas demandadas pelo setor. Por exemplo, no turismo sustentável, o efeito de sazonalidade é minimizado com soluções criativas de geração de emprego e renda. E os produtos turísticos geradores de renda para as minorias e para a população nativa devem ser incentivados, combatendo a desigualdade gerada pela atividade, uma vez que os custos tendem a ser repassados para população local e os benefícios para os grandes empreendedores, em geral, a população de migrantes.

Todas essas proposições de sustentabilidade no turismo concorrem para o alívio da pobreza, uma vez que favorece o acúmulo de capital nas suas diferentes modalidades. Ou melhor, alguns *outputs* de um programa de turismo sustentável, como a geração de emprego, a valorização da mão de obra local, dentre outros, comportam-se como *inputs* cujo objetivo é encontrar portas de saída da pobreza. Resumindo, o turismo sustentável exige uma discriminação positiva das classes sociais menos privilegiadas no processo de desenvolvimento do turismo.

1.1 – O PRODETUR/NE fase I

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil (PRODETUR/NE) é um típico programa que tem o braço apoiado numa perspectiva de turismo sustentável com propósito de alívio à pobreza, que teve como órgão executor o Banco do Nordeste. Na sua primeira fase que tomou como base investimentos em nove Estados da Região Nordeste, que ao todo receberam um montante de U\$625,96 milhões, sendo cerca de U\$101 milhões investimentos apenas no pólo turístico do descobrimento, no qual está inserido o município de Porto Seguro¹. Ao todo, 60% dos recursos viam do Banco

¹ Maiores detalhes do PRODETUR NORDESTE I no site www.bnb.gov.br em “Relatório Final do Prodetur I”

Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o restante dos governos locais, cujo calendário de investimentos iniciava-se em 1995 e terminava em 1999. Entretanto, na realidade em alguns municípios o programa teve fim em 2005, o que não foi o caso do município de Porto Seguro.

Em linhas gerais investimentos visavam; o fortalecimento das estruturas institucionais adequadas para fomentar e encorajar o turismo sustentável; a melhoria das condições ambientais e saneamento; a melhoria em aeroportos, vias urbanas e rodovias secundárias; a recuperação e preservação do patrimônio histórico e a melhoria de outros produtos turísticos. Por outro lado, como objeto, tais investimentos em infra-estrutura e serviços públicos nessas áreas de expansão turística buscavam reforçar a capacidade da Região Nordeste, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional, da seguinte forma:

- Atrair atividades turísticas privadas adicionais e de melhor padrão;
- Geração de emprego e renda;
- Aumento da receitas públicas;
- Beneficiar a população de baixa renda com serviços de abastecimento de água, esgoto e pavimentação.

2 – Objetivo do estudo, Fonte de dados e Metodologia.

O objetivo do estudo é avaliar os impactos sociais de programas de incentivo ao turismo no município de Porto Seguro, Bahia, sendo o programa escolhido o PRODETUR/Nordeste. A idéia básica é avaliar custos e benefícios à luz de um programa de Turismo baseado na Sustentabilidade e no Alívio a Pobreza. (TSAP), cujo arcabouço conceitual nos baseamos (Ministério do Turismo, 2005).

Para ser mais claro, comparamos objeto de atuação de programas de apoio a atividade turística vis a vis outras regiões com potencial turístico que não foram objeto desta inversão pública. Avaliaremos os impactos nos mais diferentes ativos, dos quais compreendem, em certa parte, aquilo que definimos de capital turístico. Além de avaliar os estoques dos diferentes tipos de capital utilizados pela atividade turística a luz do conceito de

sustentabilidade, procurou-se avaliar também alguns impactos sociais resultantes dos *outputs* encontrados, como, por exemplo, a redução da pobreza.

Conforme salientado são inúmeras as variáveis passíveis de avaliação de impacto do turismo. No presente artigo tomamos como base os microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, tendo em vista que temos dados municipais longitudinais, de no mínimo dois períodos, o que permite comparar a performance entre os municípios que sofreram a intervenção de algum programa de apoio ao turismo (grupos de tratamento – Porto Seguro) com outros turísticos que não foram objeto de intervenção (grupos de controle – Aracati, Barreinhas, Cruz, Fernando de Noronha, Maragogi, Tibau do Sul) durante o período de estudo, ou seja, antes e depois do programa supracitado.

Dentre as variáveis passíveis de análise no Censo que se configuram no arcabouço teórico traçado é possível avaliar alguns impactos associados aos benefícios das políticas de turismo:

- Melhoria no Saneamento (Coleta de lixo, Rede de água, Rede de esgoto);
- Melhoria no Destino do Lixo e do Esgoto (se jogado no Rio, Lago ou Mar);
- Redução da Pobreza (aqui avaliada como insuficiência de renda - <US\$2/dia²);
- Maior Ocupação;
- Maior Formalidade (contribuição para previdência);

Além do mais em alguns casos vale a pena avaliar esses impactos entre grupos de nativos e migrantes, com propósito de avaliar a distribuição dos benefícios entre essas duas parcelas da população, ou seja, verificar se os mesmos foram divididos de forma equitativa. Conforme já comentado, a sustentabilidade no turismo requer a redução da desigualdade entre nativos e migrantes, que é o resultado da socialização dos custos privados em detrimento dos benefícios individuais.

O Método utilizado baseia-se na técnica de diferenças em diferenças, que compara diferenciais nas proporções da variável estudadas em áreas afetadas (no caso Porto Seguro) e

² As experiências nacionais e internacionais demonstram que como a definição de pobreza é bastante ampla, ela apresenta dificuldades práticas de dimensionamento, motivo pelo qual acabam adotando-se procedimentos de mensuração menos abrangentes e, portanto, mais susceptíveis de contestação, como é o caso da mensuração insuficiência de rendimentos, aqui adotada como dólar de paridade segundo recomendação do Banco Mundial (2 dólares para quantificar os pobres)

áreas de controle, antes e após a implementação de projetos turísticos, como o caso do PRODETUR/NE. Com esse estimador, as tendências de tempo comuns aos dois grupos são eliminadas e pode-se medir o verdadeiro impacto do programa.

$g_3 = (\text{Gr. tratamento após intervenção} - \text{Gr. tratamento antes da intervenção}) - (\text{Gr. Controle após intervenção} - \text{Gr. Controle antes intervenção});$
ou melhor:

Diferença em Diferença = (Porto Seguro2000 – Outros destinos turísticos 2000) – (Porto Seguro1991 – Outros destinos turísticos1991)

As diferenças em diferenças são baseadas em regressões com controles, onde a interação entre o município de tratamento e o ano reflete o nossa medida de impacto, que aponta o efeito da intervenção no município em questão vis a vis as demais localidades que não foram alvo as políticas atinentes ao programa de turismo. Para ser mais claro, representando o método através de uma regressão e criando variáveis *dummies*: dB, igual a um para os indivíduos do grupo de tratamento (Porto Seguro) e zero para o grupo controle (outros destinos turísticos); e d2, igual a um quando os dados se referem ao segundo período (2000), pós PRODETUR, e zero casos os dados se refiram ao período pré-mudança (1991), temos:

$$Y = g_0 + g_1*d_2 + g_2*d_B + g_3*d_2*d_B + \text{outros fatores}$$

Onde g_3 representa o estimador de diferenças em diferenças, ou melhor, o efeito do Programa sobre a variável estudada, controlando outros fatores relevantes. No artigo em questão estimaremos oito regressões com intuito de verificar os impactos nas variáveis passíveis de avaliação e que já foram mencionadas acima. Além do mais, regressões adicionais permitem avaliar a distribuição desses benefícios entre nativos e não nativos, o que requer para cada variável estudada a estimativa de outros dois modelos para representar o impacto nesses dois subgrupos populacionais, aumentando em dezesseis o número de regressões estimadas.

Portanto, no total, estimaremos vinte e quatro regressões logísticas e, portanto, o mesmo número de estimadores dif-dif. (g_3), cujas variáveis controles das regressões são:

Sexo, Cor (Afro e Não Afro), Idade, Educação, Situação Domicílio (aglomerado rural, área não urbanizada, área rural exclusive, área urbanizada), Migração (Nativo, Migrante), Município (Aracati, Barreinhas, Cruz, Fernando de Noronha, Maragogi, Tibau do Sul), Ano (1991).

Nesse caso, avaliaremos os impactos em indivíduos com iguais características quanto ao sexo, raça, idade, educação e etc, exceto o fato de estarem ou não no grupo exposto a intervenção ocorrida no setor turístico. No presente artigo nos limitamos a mostrar apenas os estimadores de diferença em diferença, aqui representados pelas suas *odds ratio* que dão uma medida do impacto na variável estudada. Os modelos completos podem ser obtidos no sitio do CPS na pesquisa Panorama dos Destinos Turísticos (2006) (a titulo de exemplo inserimos em anexo a saída da primeira regressão estimada – acesso à rede geral de água).

Um ponto positivo em relação à técnica é que o período em questão compreende períodos de instabilidade e estabilidade macroeconômica, o que de certa forma impacta diretamente sobre os dados utilizados entre os dois anos. Isso a torna ainda mais atraente, pois ela compara as mudanças ocorridas entre os municípios no período, tendo em vista que todos (tratamento e controles) sofreram com as turbulências e as calmarias do ambiente macroeconômico ao longo da década.

3 - Resultados

A tabela 1 traz as razões de chances obtidas a partir do estimador de diferenças em diferenças. Por meio delas podemos avaliar indiretamente o impacto nos indicadores sugeridos no período em questão no município de Porto Seguro, ao comparar os resultados em municípios que não sofreram a intervenção. Da mesma forma a tabela traz as razões de chances via estimados de diferença em diferença para o grupo de nativos e migrantes, o que permite avaliar como se deu a distribuição do impacto do programa nesses dois subgrupos populacionais.

Em geral, observa-se no período em questão que em Porto Seguro tanto o acesso à rede geral de água quanto à coleta de lixo em termos relativos são inferiores aos municípios de controle, o que já não é verdade quando se avalia a chance no acesso a coleta de lixo quando a comparamos com o município de Tibau do Sul, tendo em vista que são 15%

maiores, com uma melhora relativa no acesso quando avaliamos o subgrupo dos nativos. Essa melhora relativa no acesso a lixo e água dos nativos de Porto Seguro somente é verdade quando comparamos com Tibau do Sul, sendo que de forma geral os migrantes de Porto Seguro possuem melhor acesso a esses serviços quando comparados aos não migrantes. Por exemplo, quando comparado a Maragogi, o acesso à água no período de análise em Porto Seguro é 38% menor, ao passo que somente se avaliarmos a população de nativos essa proporção é 49% menor.

Quanto ao acesso a rede geral de esgoto, embora as *odds ratio* sejam maiores que um, significando uma melhora relativa no município de Porto Seguro, essas não são significativas, o que não permite avaliar o impacto de forma estatística. Nesse caso, as razões de chances somente são significativas quando avaliamos apenas a regressão no subgrupo populacional de nativos, onde as chances de acesso a rede geral de esgoto em Porto Seguro foi menor no período em termos relativos aos municípios não alvo do programa. O mesmo acontece com o destino final do lixo e esgoto, pois somente o destino final do lixo quando comparamos com os municípios de Barreirinhas e Maragogi são significativos estatisticamente. O interessante, é que quando avaliamos as chances de Porto Seguro e Barreirinhas no que diz respeito ao destino final do lixo em corpos d'água verifica-se que essas são maiores para Porto Seguro. No entanto, muito desse resultado se deve a população migrante, tendo em vista que as chances desse destino de lixo quando avaliamos a população somente dos nativos são 55% menores em Porto Seguro. Resultado semelhante encontrado quando avaliamos Porto Seguro e Maragogi, uma vez que as chances desse destino de lixo são menores em 90% para Porto Seguro, ao passo que se somente avaliarmos os migrantes, essas chances ainda continuam menores, embora em proporção reduzida (49% menores).

Tabela 1: Estimador de diferenças em diferenças (Razão de chances): Porto Seguro – Município de Tratamento em 2000 X Municípios controles em 1991

Municípios	Rede Geral de Água	Lixo Coletado	Rede Geral Esgoto	Lixo Jogado no rio, lago ou mar	Esgoto jogado no rio, lago ou mar	Pobreza < US\$2 dia	Ocupação	Contribuição para Previdência
Controles								
Aracati								
Total	0,81 **	1,01 **	25,222	0,00	12729653118	0,30 **	1,66 **	1,01
Nativo	0,79 **	1,00	0,44	** 0,00	53002239271	0,24 **	1,73 **	1,11 **
Migrante	0,81 **	1,48 **	33,54	0,27	3,82	0,37 **	1,37 **	1,11
Barreirinhas								
Total	0,74 **	0,03 **	84043469838	1,83 **	0,00	0,13 **	1,01	1,09 **
Nativo	0,65 **	0,03 **	0,92	** 0,45 **	0,00	0,10 **	1,02	1,18 **
Migrante	0,75 **	0,06 **	19432252061	2,50 **	5,03	0,53 **	0,94	1,33 **
Cruz								
Total	0,00	0,23	17,887	0,00	10,10	0,33 **	1,66 **	0,65 **
Nativo	0,00	0,18 **	0,58	** 0,00	31,65	0,26 **	1,71 **	0,57 **
Migrante	0,00	1,00	13,46	0,00	4,73	0,45 **	1,46 **	1,49 **
Maragogi								
Total	0,62 **	0,17 **	21,398	0,10 **	9,36	0,20 **	1,71 **	1,64 **
Nativo	0,51 **	0,13 **	0,33	** 0,07 **	34,59	0,17 **	1,78 **	1,65 **
Migrante	0,63 **	0,90	150,26	0,51	6,13	0,20 **	1,29 **	1,89 **
Tibau do Sul								
Total	0,08 **	1,15 **	257,624	0,00	8,03	0,96	1,06	0,95
Nativo	0,06 **	1,33 **	0,30	** 0,00	27,29	0,74 **	1,25 **	0,92
Migrante	0,08 **	1,23	88,17	0,29	4,82	1,21	0,51	0,94
Fernando de Noronha								
Total	0,88	0,28	58905482219	0,31	9,56	2,43 **	1,34 **	3,54 **
Nativo	0,63 **	0,38 **	0,59	** 0,49	38,08	1,33	1,54	5,31 **
Migrante	0,90	0,29 **	22531946870	0,23	3,37	8,13 **	1,07	2,49 **

Variáveis de controle: sexo, cor (afro e não afro), idade, educação, situação domicílio (aglomerado rural, área não urbanizada, área rural exclusive, área urbanizada), Migração (Nativo, Migrante), Município (Aracati, Barreirinhas, Cruz, Fernando de Noronha, Maragogi, Tibau do Sul), Ano (1991)

Fonte: CPS com base nos Microdados do Censo Demográfico 1991 e 2000.

** significativo a 95%

No período de 1991 e 2000 as chances de ocupação crescem mais para Porto Seguro quando comparadas as chances nos demais municípios controles, o que pode sugerir o impacto do programa de turismo sustentável sobre esse município. As chances são 66% maiores no município de Porto Seguro em relação ao município de Aracati e 71% e 34% maiores do que Maragogi e Fernando de Noronha, respectivamente. Em relação a Barreirinhas e a Tibau do Sul o efeito sobre os ganhos de ocupação de Porto Seguro é um pouco mais tímido, uma vez que as chances são aumentadas em 1% e 5%, respectivamente. Adicionalmente, observa-se que de maneira geral esse comportamento é similar no mercado formal de emprego, tendo em vista que as alterações nas chances de contribuição para previdência social no período são maiores em Porto Seguro quando comparada aos demais municípios, exceto Cruz e Tibau do Sul. Deve-se ressaltar que as chances de contribuição para previdência em Porto Seguro são 253% maiores do que as encontradas em Fernando de Noronha, o que sugere um alto grau de informalidade no emprego desse último município.

Um reflexo disso é a proporção de pobres que se reduz em Porto Seguro quando comparado aos demais municípios, exceto com o município de Fernando de Noronha. Isto é, a melhor posição relativa ao avaliar o esforço de Porto Seguro no que diz respeito à redução da pobreza no período pode ser justificada pela melhor posição relativa na criação de empregos.

Em relação à distribuição desses benefícios entre nativos e não nativos, verifica-se que de forma geral os nativos de Porto Seguro se encontram numa melhor posição relativa aos migrantes de Porto Seguro, tendo em vista que as chances de ocupação quando comparada aos municípios controles são em geral maiores para esses primeiros em relação à população de migrantes. Todavia, como se era de esperar, esse padrão também segue quando se avalia a chances de encontrarmos pessoas com renda abaixo de U\$2/dia. Por exemplo, em relação a um residente nativo do município de Cruz, uma pessoa nascida em Porto Seguro possui 61% a mais de chance de estar ocupado e 74% a menos de chance de se encontrar em pobreza, ao passo que esses dados quando se avalia apenas a população de migrantes as chances são 46% maiores e 55% menores. Essa tendência é sentida de forma geral.

Por outro lado, verifica-se que esse emprego tem um alto grau de informalidade, tendo em vista que os migrantes de Porto Seguro quase sempre possuem maiores chances de contribuir para previdência quando comparado aos não migrantes desse mesmo município.

Um exemplo é quando comparamos Porto Seguro com o município de Cruz, pois as chances de contribuição para previdência são 35% menores em Porto Seguro, ao passo que quando avaliamos somente os migrantes, as chances nessa mesma cidade passam a ser 49% maiores quando comparada ao município de Cruz.

4 - Discussão e Conclusão

O experimento acima mostra claramente um padrão em relação à performance do Município de Porto Seguro quanto as variáveis aqui utilizadas para captar os efeitos dos investimentos na indústria de turismo e seus desdobramentos, isto é, seus custos e benefícios sob o estoque de capital turístico daquela região. Além do mais o exercício empírico possibilita avaliar esse processo sob a ótica da sustentabilidade, ao se avaliar indicadores de meio ambiente, renda, pobreza e a sua distribuição entre migrantes e não migrantes. Como sustentabilidade no turismo definimos com a maximização do uso dos recursos, respeitando a cultura local e a capacidade natural, e ao mesmo tempo contribuindo para a superação da situação da pobreza.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o plano de desenvolvimento do turismo na região de Porto Seguro teve como resultado custos e benefícios bem delimitados. Enquanto custos, os problemas no município apontam para a questão da infraestrutura urbana, mais precisamente aspectos relacionados ao saneamento, que por sua vez se configuram em sério problema ambiental de médio e longo prazo. Adicionalmente, verifica-se que o problema é ainda maior entre os nativos, onde encontramos a menor chance de acesso água, esgoto e coleta de lixo.

Curiosamente, o PRODETUR em sua primeira fase priorizou investimentos relacionados ao saneamento, o que leva a crer que este resultado é consistente com um processo de inchamento da cidade fruto do *boom* turístico lá observado, como por exemplo, o aumento de empreendimentos imobiliários e do complexo hoteleiro. Em relação a esse último ponto, o município na mesma década passou a ostentar o título de terceiro em número de leitos, superado apenas por Rio de Janeiro e São Paulo, e são cerca de 35 mil leitos distribuídos em 600 hotéis e pousadas. Para se ter uma idéia do amplo crescimento da região, entre 1993 e 1998, a Costa do Descobrimento, conforme é chamada, aumentou em 48% o número de visitantes e em 112% a receita com o turismo, enquanto que a média mundial de

crescimento do fluxo de turistas situou-se em torno de 25% para o mesmo período (Mendonça Junior et al., 2001).

O que preocupa nisso tudo é que o seu maior ativo venha ser justamente seus atributos ambientais, principalmente as suas praias paradisíacas, o que requer maior controle sanitário no que diz respeito a destino final do esgoto e lixo em rios, lagos ou mar, com impactos diretos sobre a balneabilidade. Um outro ponto relacionado a questão de saneamento, diz respeito ao controle de vetores de doenças, que é condição necessária para manter um ambiente salubre e livre de risco de doenças, uma vez que muito dificilmente um ambiente trará retorno turístico ao município. Em locais com infraestrutura sanitária deficiente a presença de patógenos nocivos à saúde é sensivelmente maior, podendo acarretar doenças serias, como diarreias agudas, mais perigosas em crianças, parasitoses intestinais, cólera, dentre outras afecções.

Portanto, nesse quesito o turismo em Porto Seguro cresce, porém de forma insustentável, degradando o seu principal capital turístico, o meio ambiente. Sabe-se que atualmente o turismo ecológico expande as fronteiras do turismo, uma vez que a natureza é única em cada lugar, e que não pode ser copiada. Entretanto, os ganhos com esse tipo de turismo dependem diretamente da sua conservação, ou seja, de uma boa gestão do capital natural. Paralelamente, o binômio em que nos apoiamos e que achamos necessário em qualquer gestão ambiental bem sucedida e aliada à atividade turística, esta baseada na máxima de que saneamento é saúde, pois um ambiente salubre é um dos principais ativos que são considerados no momento de tomar a decisão do destino turístico que será demandado. Entretanto, nos resta o alento de que os dados do Censo Demográfico de 2000 não tenham capturado todos os investimentos relacionados ao saneamento do PRODETUR I, uma vez que uma parcela das obras pode somente ter sido concluída após o período censitário. Portanto, esses resultados devem ser vistos com cautela.

Por outro lado, quando avaliamos benefícios, verifica-se uma associação com os indicadores de ocupação, formalidade, renda e pobreza. De forma geral, foram significativos os impactos nesses indicadores quando comparados aqueles dos municípios não alvo do PRODETUR I. Nesse caso, tais resultados abrem portas para diferentes oportunidades e a alavancagem de muitos negócios, antes não muito bem estruturados e acreditados.

Dentre os principais insumos do setor turístico está a mão de obra que se encontra presente em inúmeras atividades ligadas a indústria do turismo: hotelaria, agências de viagens, serviços de diversão, restaurantes, comércio etc. São inúmeras oportunidades abertas pela a atividade do turismo. Enquanto que na indústria automobilística são necessários 700 mil reais para gerar um único emprego, no turismo apenas 40 mil são necessários para garantir uma vaga em um hotel e 10 mil reais uma pessoa num restaurante (Arbache, 2001).

Nesse caso, os dados revelam que tanto o emprego quanto a sua formalidade aumentou em Porto Seguro no período em questão, quando comparados aos municípios não alvo do PRODETUR. Por se tratar de uma análise multivariada em dois períodos, onde controlamos tanto fatores relacionados ao emprego quanto algumas mudanças macroeconômicas no período, os resultados sugerem um efeito positivo do PRODETUR sob a população residente. Além do mais, não sugere uma piora relativa do nativo vis a vis ao migrante, pelo contrario, mostra ganhos diferenciados a favor dos nativos, o que coloca o município no rumo a sustentabilidade. Sabe-se que o turismo se organiza e se consome nos próprios locais de produção, o que condiciona a contribuição para o alívio da pobreza nas medidas que se dão no âmbito do desenvolvimento dos destinos. O potencial do turismo para aliviar a pobreza de forma direta dependerá da adoção de princípios e ações que coloquem os excluídos como agentes das atividades envolvidas.

Em síntese, ao avaliar os impactos dos investimentos realizados no município de Porto Seguro observa-se que aspectos relacionados ao crescimento dessa atividade e a divisão dos benefícios rumam ao alívio e redução da pobreza na região, resultado esse, fim de um turismo sustentável. Entretanto, a sustentabilidade requer algo mais, algo que os dados em questão não apontaram uma melhoria significativa, ou seja, a manutenção do capital natural. O gargalo relacionado a infraestrutura sanitária no município coloca em cheque todos os esforços em busca de uma sustentabilidade turística via PRODETUR I, uma vez que a riqueza ambiental desse município lhe confere como um dos mais importantes destinos turísticos do país, tornando-se indispensáveis um maior foco nos investimentos dessa natureza nas futuras intervenções públicas no setor.

Referencias Bibliográficas:

ARBACHE, J. S. - O mercado de trabalho na atividade econômica do turismo no Brasil. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. v. 1. 116 p.

Mendonça Junior, Erico; Garrido, Inez ; Vasconcelos, Maria. Turismo como fator de desenvolvimento socioeconômico da Costa do Descobrimento, Bahia. Bahia, Analise & Dados. Salvador, vol. 11 (2), 118-124, 2001.

Ministério do Turismo. Turismo Sustentável e alívio a pobreza no Brasil: reflexões e perspectivas. Brasília, 24 p. 2005.

<<http://institucional.turismo.gov.br/mintur/Br/ministério/documentos/normas.cfm>>

Ministério do Turismo. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste. Primeira Fase. Relatório Final de Projeto. Banco do Nordeste, 2005.

http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/docum_9_pcr_i.pdf

Anexo

O estimador de diferença em diferenças de Porto Seguro em relação a Aracati e Barreirinhas, por exemplo, é exp. (- 0,2109) e exp. (- 0,2990), respectivamente, ou seja, uma *odds ratio* de 0,81 e 0,84. Os demais modelos completos, ou seja, as vinte e três regressões estimadas nesse trabalho podem ser encontradas no sítio do CPS/FGV (http://www3.fgv.br/IBRECPS/Porto_modelos/INDEX.htm)

Modelo 1: Regressão Logística – Abastecimento de Água (Total) – Porto Seguro

Parâmetro	Categoria	Estimativa	Erro		Razão condicional
			Padrão	sig	
Intercept		-0.1762	0.0178**		.
SEXO	Homem	-0.0419	0.0071**		0.96
SEXO	Mulher	0.0000	0.0000		1.00
fxcor	Afro	-0.1212	0.0082**		0.89
fxcor	nAfro	0.0000	0.0000		1.00
IDADE		0.0008	0.0002**		1.00
educa		0.0627	0.0011**		1.06
V1005	aglomerado rural	-0.7188	0.0101**		0.49
V1005	area não urbaniz	-3.2945	0.0948**		0.04
V1005	area rural exclu	-3.1562	0.0137**		0.04
V1005	zarea urbanizada	0.0000	0.0000		1.00
nativo	Nativo	0.2600	0.0091**		1.30
nativo	ZMigrante	0.0000	0.0000		1.00
munic	Aracati	0.0514	0.0174**		1.05
munic	Barreirinhas	-0.8478	0.0196**		0.43
munic	Cruz	-24.3187	0.0173**		0.00
munic	Fernando de Noro	0.9628	0.0626**		2.62
munic	Maragogi	-0.1410	0.0256**		0.87
munic	Tibau do Sul	0.8719	0.0354**		2.39
munic	ZPorto Seguro	0.0000	0.0000		1.00
anoo	2000	0.2598	0.0156**		1.30
anoo	Z1991	0.0000	0.0000		1.00
munic*anoo	Aracati	0.2109	0.0206**		1.23
munic*anoo	Aracati	0.0000	0.0000		1.00
munic*anoo	Barreirinhas	0.2990	0.0225**		1.35
munic*anoo	Barreirinhas	0.0000	0.0000		1.00
munic*anoo	Cruz	24.3155	0.0000	36314241559.05	
munic*anoo	Cruz	0.0000	0.0000		1.00
munic*anoo	Fernando de Noro	0.1237	0.0871		1.13
munic*anoo	Fernando de Noro	0.0000	0.0000		1.00
munic*anoo	Maragogi	0.4715	0.0314**		1.60
munic*anoo	Maragogi	0.0000	0.0000		1.00
munic*anoo	Tibau do Sul	2.5369	0.0543**		12.64
munic*anoo	Tibau do Sul	0.0000	0.0000		1.00
munic*anoo	ZPorto Seguro	0.0000	0.0000		1.00
munic*anoo	ZPorto Seguro	0.0000	0.0000		1.00

** estatisticamente significativa a um nível de 95%

Fonte: microdados do Censo Demográfico de 1991 e 2000